



**XXII SNPTTE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

BR/GIA/06
13 a 16 de Outubro de 2013
Brasília - DF

GRUPO - XI

GRUPO DE ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – GIA

PROGRAMA INDÍGENA SÃO MARCOS: HISTÓRICO DE AÇÃO EXITOSA EM EMPREENDIMENTO DE TRANSMISSÃO

Newton Jordão Zerbini¹, Andrea Mesquita de Menezes, Ana Lange, Marcos Wilson Matos Marques, Flávia Nóbrega de Souza, Jorge Faciola de Souza Neto e Marília Noleto Bezerra de Paula

RESUMO

Esse artigo apresenta o histórico do Programa São Marcos - PSM, desenvolvido, com o apoio da Eletronorte, na Terra Indígena São Marcos, em Roraima. O PSM é uma ação indigenista e ambiental associada à implantação da Linha de Transmissão 230 kV Santa Elena / Boa Vista, que compõe a Interligação Elétrica Venezuela / Brasil. A primeira fase do Programa teve início em 1998 e encerrou-se em 2004. A segunda fase vigorou entre 2004 e 2008. Atualmente, desenvolve-se a terceira fase do PSM, onde foi celebrado um Termo de Compromisso que foi assinado em junho de 2010 e vigorará até 2017.

PALAVRAS-CHAVE

Linha de Transmissão, População Indígena, Programa Indígena, Sustentabilidade.

1.0 - INTRODUÇÃO

Este Informe Técnico tem como finalidade apresentar o histórico e analisar o Programa São Marcos - PSM. O PSM é uma ação indigenista iniciada em 1997, quando dos levantamentos preliminares para a Interligação Elétrica Venezuela / Brasil, com a construção da Linha de Transmissão 230 kV Santa Elena / Boa Vista.

A primeira fase inicia-se em março de 1998 com assinatura de um Termo de Compromisso entre Eletronorte e Comunidade Indígena da Terra São Marcos. Essa primeira fase encerrou-se em dezembro de 2003. O Programa teve como meta assegurar que a implementação do empreendimento fosse realizada da forma menos impactante possível, além de compensar a implantação da LT na Terra Indígena.

A segunda fase do PSM vigorou entre 2004 (quando foi assinado um Convênio com a Associação do Programa São Marcos) até 2008. O PSM passou a ser de gestão indígena, com apoio da Funai e Eletronorte. Nesta fase, houve a busca pela eficiência no planejamento e gestão do Programa com vistas a autodeterminação indígena.

O ano de 2009 foi marcado por um processo de discussões entre Eletronorte, Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos – APITSM e Funai que resultou na terceira fase do PSM, onde foi celebrado um Termo de Compromisso que foi assinado em junho de 2010 e vigorará até 2017. Seu objetivo é manter a integridade do empreendimento da Eletronorte e o desenvolvimento da Comunidade Indígena.

2.0 - CONTEXTO HISTÓRICO: A TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

A Terra Indígena São Marcos situa-se em dois municípios, Boa Vista e Pacaraima no Estado de Roraima, numa região de campos e serras. Sua área corresponde a 654.110 hectares, tendo sido demarcada em 1976 e homologada em 1991. Atualmente vivem em São Marcos aproximadamente 5.000 pessoas das etnias Macuxi, Taurepáng e Wapixana, divididas em 42 aldeias. Essa área indígena é a única no lavrado cortada por uma rodovia federal - a BR 174 - que liga Manaus a Boa Vista, indo até a fronteira da Venezuela, ponto em que se localiza a sede o município de Pacaraima.

¹ Eletronorte – Superintendência de Meio Ambiente - SCN Quadra 06 Conj. A, Sala 503, Bloco C - 70.716-901 – Brasília, DF
Brasil. Tel (+55 61) 3429-6010 – Email: newton.zerbini@eletronorte.gov.br

Segundo Geraldo Andreello (1980) - antropólogo com uma vasta experiência nos grupos indígenas de Roraima - a povoação da Terra Indígena São Marcos remonta ao período de colonização do Rio Branco no século XVIII. A Coroa Portuguesa introduziu a pecuária nos campos do Rio Branco com a clara intenção de efetivar a ocupação da fronteira colonial, e, assim barrar invasões pretendidas por espanhóis e holandeses. Para alcançar seus objetivos, o governo lusitano inicia na área do alto rio branco a instalação de três fazendas estatais, denominadas de “Fazendas Reais” e posteriormente “Fazendas Nacionais” (São Marcos, São Bento e São José), com ocupação indígena. Ressalta-se que a Terra Indígena coincide com os limites da antiga Fazenda Nacional de São Marcos.

São Marcos apresenta uma história peculiar, sendo um exemplo da paradoxal distância que vai entre o reconhecimento oficial por parte do Governo Federal e as práticas vigentes do Governo e da sociedade local. Com o advento do período republicano, o Governo do Estado do Amazonas, contrariando determinação do Governo Federal, passou a distribuir títulos de propriedade nas terras das Fazendas Nacionais, mesmo tais terras sendo de Patrimônio da União. Concomitantemente, as Fazendas Nacionais começaram a ser invadidas e seus rebanhos constantemente saqueados (SANTOS, 2003).

Em 1900, o Governo do Amazonas abriu Concorrência Pública para a venda das Fazendas Nacionais. Entretanto, o Ministério da Guerra manifestou-se contrário a tal ato. Mesmo assim, à revelia do Governo Federal, particulares continuavam a ocupar área, que eram tomadas por posseiros e, assim, divididas em diversas fazendas particulares. Com a apropriação das terras foi possível verificar a expulsão de algumas etnias para as atuais fronteiras ao norte do Brasil, causando uma série de problemas, dentre eles, a diminuição da população, a destribalização da comunidade e a disponibilização de mão-de-obra indígena a baixo custo (VIEIRA, 2003).

Em 1912, o Serviço de Proteção aos Índios - SPI recomenda a demarcação das terras indígenas e instala em 1915 um posto indígena na sede da fazenda São Marcos. O SPI promove várias ações contra os invasores, mas não obtém êxito. Com a extinção da SPI e a criação da Funai, essa última assume os trabalhos com a população indígena e transforma a área em “Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos”. Entretanto, os conflitos continuaram por décadas.

O contato com os garimpeiros também acarretou grandes problemas. Documento do SPI de 1949 demonstra que o crescimento e a exploração de ouro e diamante gerou uma forte imigração de garimpeiros para o norte de Roraima, intensificando ainda mais o contato interétnico, que provocou diminuição nas populações indígenas provocadas pela fome, infecções respiratórias, doenças venéreas, alcoolismo e estupro (VIEIRA, 2003).

Em 1972, Portaria da Funai garantia aos índios da região a posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais e utilidades nela existentes. Entretanto, com a construção da BR 174 ocorreram novas invasões e mais conflitos. O Estado Brasileiro demarcava, mas abria uma estrada, cadastrava os posseiros para tomar providências enquanto o Governo de Roraima estimulava a invasão.

A Funai realizou dois levantamentos fundiários em decorrência de encaminhamentos para a regularização de São Marcos. O primeiro, em 1979, constatou a existência de 91 invasões, sendo retirados apenas três posseiros da região. Já o segundo, realizado em 1994, apontou a existência de 106 invasões. A partir daí aguardou-se a dotação orçamentária para o pagamento das indenizações das benfeitorias dos invasores “de boa fé”. A indenização nunca ocorreu, tornando a situação cada vez mais delicada e colocando os índios em situação ainda mais vulnerável, dada a dependência econômica desses com os fazendeiros.

A relação com os posseiros também foi extremamente complexa e muitas vezes acompanhada da violação dos direitos dos índios. Há vários casos, narrados pelos habitantes de São Marcos, de expulsões de aldeias inteiras por fazendeiros que assim formavam suas posses. Muitos são os casos de intimidação, ameaças, intrigas, proibição de trânsito na própria terra, restrições quanto à ocupação e o aproveitamento dos recursos existentes nas terras e várias formas de violências (ANDRELO, 1998).

É nesse contexto que se iniciam as conversas com a Eletronorte para a passagem da Linha de Transmissão Brasil/ Venezuela, não tardando para que a propostas de indenização das fazendas em troca da autorização para a implantação do empreendimento passe a ocupar um lugar preponderante na pauta de negociação.

3.0 – 1ª FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS

Em abril de 1997, a Eletronorte foi autorizada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE¹ a implantar uma Linha de Transmissão de energia, denominada Interligação Elétrica Brasil/Venezuela. Na fase de estudos do Projeto Básico, a Eletronorte definiu que seria mais apropriado que o empreendimento acompanhasse o eixo da BR 174, atravessando, dessa forma, a Terra Indígena São Marcos.

² Atual ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Eletronorte, então, realizou um processo de consulta e negociação com os indígenas. Foram explicadas as características e especificações técnicas do empreendimento e distribuídos materiais informativos. Além disso, foi realizado um estudo de impacto ambiental e, formou-se uma Comissão composta pelo Ministério Público, IBAMA, Funai, Governo do Estado, organizações de apoio e organizações indígenas, para acompanhar permanentemente os trabalhos relativos à construção da Linha.

A Eletronorte, utilizando-se de Assessoria Indigenista, realizou um longo processo de negociação sempre tentando resolver os conflitos por meio da negociação, diálogo e cooperação. É importante ressaltar que esse foi um momento extremamente complexo e delicado, dada às desconfianças geradas pelo histórico de contato e opiniões divergentes dentro da própria comunidade indígena. Por isso, a Eletronorte teve (e tem) a preocupação de se assessorar de profissionais com expertise na questão indígena e aceitos pela própria Comunidade Indígena.

O Termo de Compromisso entre Eletronorte e Comunidade Indígena da Terra São Marcos foi formalizado em março de 1998. A metodologia de trabalho utilizada nesta fase do PSM teve como diretriz o envolvimento da Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte, por meio de sua Assessoria Indigenista e o envolvimento das Comunidades Indígenas no desenvolvimento e ações do Programa. O objetivo maior do envolvimento das Comunidades no desenvolvimento do trabalho foi para que os seus representantes conhecessem e dominassem as principais características do trabalho de fiscalização e proteção ambiental e também melhorassem o nível de conhecimento sobre o empreendimento que foi implementado em suas terras, e com o qual teriam que conviver por muitos anos. Dessa forma, foram desenvolvidos os seguintes Programas:

Vigilância da Terra Indígena São Marcos:

- Financiamento dos custos de extração da Terra Indígena.
- Fiscalização da retirada dos intrusos da área, evitando seu retorno e novas ocupações e a fiscalização ambiental. Para tal, foram desenvolvidas várias ações, dentre elas podemos citar: construção do posto de vigilância Surumu (base da vigilância e proteção ambiental), montagem de uma equipe de trabalho, compra de três veículos e equipamentos de rádio.
- Sinalizações da Terra Indígena, identificando seus limites e os cuidados ambientais. As placas foram instaladas no trecho da BR-174 e em áreas com problemas.
- Elaboração de folheto informativo (português/espanhol), contendo informações sobre a Terra Indígena.
- Implantação de Sistema de Vigilância. A Eletronorte trabalhou, durante cinco anos, na operação do Sistema de Vigilância. De novembro de 1993 e janeiro de 2004 foi repassado todos os bens adquiridos e a metodologia de trabalho para uma equipe de lideranças indicada pelas Comunidades Indígenas e Funai.

Acompanhamento Ambiental da Implantação do Empreendimento:

- Disseminação sobre as normas de conduta em Terra Indígena, com a realização de palestras e discussões sobre as normas e a checagem dos trabalhadores em campo.
- Atividades com as Comunidades Indígenas sobre os procedimentos da construção e convivência com a Linha de Transmissão.
- Elaboração de normas, a partir da legislação ambiental, para locação das torres.
- Montagem de equipes de proteção ambiental para acompanhar a execução da obra.
- Recuperação das áreas degradadas pela implantação da LT.
- Realização de estudos antropológico e arqueológico sobre a Terra Indígena com especialistas no tema e reconhecidos pela Comunidade Indígena.
- Realização de inventário florístico, que resultou na atividade extra intitulada “Oficina da Terra” e indenizações da massa florística abatida ou danificada para a implantação da obra.
- Indenização dos bens individuais dos índios que foram atingidos pela implantação do empreendimento.

Atividades Extras:

- Apoio de transporte para as Comunidades Indígenas pelos veículos à disposição do PSM.
- Apoio às atividades produtivas da Comunidade.
- Compra de dois veículos (ônibus e caminhão) de apoio ao transporte e atividades produtivas da Comunidade.
- Realização do levantamento da altura das árvores e de seu crescimento estimado, levando-se em conta os parâmetros de segurança para operação da Linha de Transmissão.
- Realização do Projeto Oficina da Terra, com a finalidade de trabalhar com as essências vegetais e cultura. Foram, então, produzidas mudas de espécies nativas, medicinais e frutíferas para suprir a demanda existente nas aldeias e atender a necessidade de recuperação de áreas degradadas.
- Construção do Centro Macunaíma (construído com arquitetura Macuxi), para a realização de reuniões, posto de saúde, cozinha, alojamento e alojamentos e um viveiro de mudas, espaço de aprendizado e troca de informações e de realização de cursos.

Nesta primeira fase, depois de ajustado um acordo como forma de compensação e mitigação pela implantação da LT, várias ações foram desenvolvidas. Sempre contando com Assessoria Indigenista, que em todo o período do Programa, desempenha um importante papel de mediação e incentivo à participação. Além disso, a Eletronorte

contratou a Associação de Apoio às Atividades do Programa Waimiri Atroari - ADAWA para dar apoio às ações necessárias para gerir o Programa, tendo sempre como base a participação indígena nas múltiplas atividades desempenhadas.

O PSM contribuiu para garantir o direito dos índios usufruírem, de fato, de sua terra por meio de ações que objetivavam resgatar a territorialidade indígena. A principal ação foi a retirada dos invasores, por meio das indenizações pagas com recursos do PSM. Além disso, o PSM tinha como meta assegurar que a implementação do empreendimento fosse realizada da forma menos impactante possível, tanto no que diz respeito ao adequado relacionamento com as Comunidades Indígenas, quanto com relação à proteção ambiental, além de compensar a implantação da LT na Terra Indígena.

Para os povos indígenas, a terra é um espaço de produção, de liberdade, estabelece as relações sociais, marca a identidade étnica, a história e as práticas culturais. A terra tem para a população indígena um valor fundamental que garante sua existência física e cultural. O Programa São Marcos, contribuiu para garantir o direito dos índios usufruírem de fato de sua terra, não só por meio das indenizações para retirada dos posseiros, todas as ações posteriores contribuíram para isso. Um exemplo significativo foi a compra dos veículos e dos equipamentos de comunicação, que foram decisivas para quebrar o ciclo de dependência dos indígenas com os fazendeiros.

4.0 – 2ª FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS

A partir de janeiro de 2004 iniciou-se uma nova etapa do PSM. A Associação do Programa São Marcos - APSM passa a ser a responsável direta pela gestão e execução do Programa. De janeiro a março foi um período com muitas dificuldades em razão da inexperiência dos indígenas no trato com a burocracia, principalmente na elaboração das Prestações de Contas. Mesmo com algumas lacunas e a falta de experiência, os indígenas de São Marcos deram prosseguimento às atividades.

Nesta segunda fase, o Programa de Vigilância encontrava-se consolidado e já não existia a preocupação com a retirada dos posseiros ocupantes da Terra Indígena. O grande dilema era a busca pela eficiência no planejamento e gestão com vistas a autodeterminação indígena. A Associação estrutura uma sede em Boa Vista com essa finalidade. Este foi um momento em que os indígenas começam a repensar os rumos do Programa e corrigir as distorções ocorridas nos três meses iniciais.

A partir de abril de 2004, o PSM inaugurou uma experiência inédita na Eletronorte, em que um Programa, envolvendo soma considerável de recursos, é administrado por uma organização indígena.

Muitas ações foram desenvolvidas. Algumas, já existiam na primeira fase, e, outras nasceram das reivindicações e demandas da Comunidade. As primeiras são as atividades de Vigilância, Proteção Ambiental, Transporte e a Oficina da Terra. Já as que foram criadas foram:

- Apoio a projetos comunitários, especialmente projetos produtivos e socioculturais.
- Assistência social, despesas de pequena monta aos indígenas em situação de emergência e extrema necessidade.
- Projeto de agropecuária em Fazendas Depósitos (comunitárias) com objetivo de incrementar as atividades produtivas da TI.
- Apoio à educação – concessão de bolsas de estudo e/ou outros subsídios a estudantes, sobretudo pré-vestibulandos e universitários, e estímulos à capacitação técnico-profissional.
- Fortalecimento Institucional - apoio à consolidação institucional das organizações indígenas co-irmãs, no sentido da estruturação física e operacional das mesmas, e apoio a seus eventos.
- Infraestrutura – gastos de investimento em construções e reforma de uso comunitário.
- Aquisição de veículos e implementos agrícolas.
- Construção do Posto de Vigilância do Uraricoera.

No final de 2006 três mudanças foram debatidas e aprovadas em Assembléia. A primeira foi a substituição do nome da entidade que passou a se chamar Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos - APITSM, ampliando suas possibilidades de atuação para além da relação com a Eletronorte. A segunda foi limitar em 50% os gastos com pessoal e despesas correntes, ampliando os investimentos para contemplar Projetos de etnodesenvolvimento² e reforço da infraestrutura do Programa. Já a terceira mudança focou o controle social da APITSM, onde criados dois Conselhos: Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

³ Para este trabalho, de forma resumida entendemos que o etnodesenvolvimento está comprometido com uma perspectiva de desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural e étnico de uma determinada sociedade como elemento essencial fundamental. Representa, ainda, uma postura crítica às ações desenvolvimentistas - vista tão somente do ponto de vista economicista - e etnocidas, que percebiam as comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas, como obstáculos ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso. economicista - e etnocidas, que percebiam as comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas, como obstáculos ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso.

Todas essas mudanças tiveram como objetivo uma maior agilidade no planejamento das atividades com a perspectiva de alcançar a tão almejada autossustentação das Comunidades. Isso contribuiu para a construção da autonomia e autodeterminação dos Indígenas de São Marcos. Por outro lado, a falta de uma capacitação específica em gestão para indígenas foi um desafio para o Programa São Marcos. É evidente que houve avanços significativos, mas em muitos momentos também aconteceram retrocessos na área administrativa que atrapalharam as prioridades decididas em Assembléia.

5.0 – 3ª FASE DO PROGRAMA SÃO MARCOS.

O ano de 2009 foi utilizado, quase em sua totalidade, para negociação com a APITSM, com a participação da Funai de um novo instrumento a ser firmado entre as partes. A Eletronorte, em parceria com a Funai, apoiou Oficinas de Planejamento visando construir com a Comunidade Indígena, um Plano de Vida para os próximos anos, bem como, incentivou inúmeras reuniões e Assembléias no intuito de ampliar as discussões com os indígenas para a elaboração de um Programa de Trabalho justo e compatível com as atividades a serem desenvolvidas pela Comunidade. Para tal, a Eletronorte acompanha o PSM e fez a mediação no processo de negociação e nas Oficinas realizadas no primeiro ano dessa nova etapa.

Finalmente, depois de mais de um ano de negociações, as partes envolvidas chegaram a um acordo. O Termo de Compromisso vigente prevê que os recursos são utilizados sob a forma de Projetos, com uma taxa de 10% sobre o total anual para gastos com atividades burocráticas. A gestão desses recursos é de responsabilidade da APITSM, devendo Prestar Contas para a Eletronorte e Funai. Também está definido que os recursos são desembolsados para Projetos mediante um Plano de Trabalho para 48 meses, sujeito a revisão anual, do qual constarão os Projetos a serem apoiados.

O Termo de Compromisso tem o prazo de vigência de oito anos e valor de R\$ 8.000.000,00. Essa nova situação acarreta uma série de desafios e de possibilidades para a APITSM. Ela responde aos anseios das Comunidades – de reverter a maior parte dos recursos em Projetos para as Comunidades. Por outro lado, a Associação tem apenas 10% dos recursos anuais destinados a gastos não diretamente vinculados a Projetos.

O primeiro ano dessa terceira fase (junho de 2010 a junho de 2011) foi de bastante debatida para a APITSM, com a redução drástica de recursos para gastos não vinculados a Projetos. Assim, em diversas reuniões realizadas, tendo como mediadores profissionais contratados pela Eletronorte, com experiências em trabalhos com as Comunidades Indígenas, trabalhou-se em demasia e repetidamente o novo papel da APITSM. Esse é um passo importante rumo a consolidação da “autonomia”, especialmente considerando que a Associação é a responsável pela gestão dos recursos. O desafio é inverter a pirâmide de gastos do recurso (ver Figura 1).

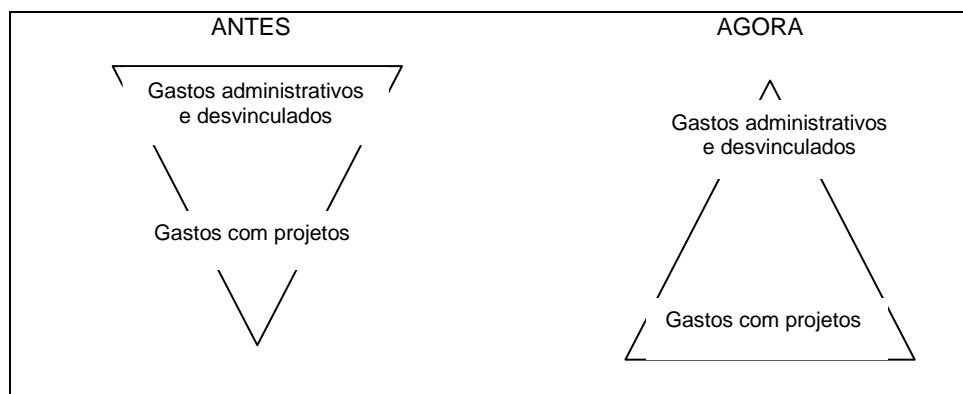


FIGURA 1 – Pirâmide de gastos de recursos

A APITSM desenvolveu, neste primeiro ano, um Programa de Trabalho que orienta a aplicação de recursos durante 48 meses. Tendo esses objetivos com parâmetros foram realizadas várias Oficinas para elaborar o Plano de Trabalho da APITSM, um sistema de gerenciamento do PSM e definição da dimensão dos Projetos das Comunidades e de três Projetos Coletivos (fazendas de gado). A partir daí, três produtos foram desenvolvidos: Projeto de Transição, Sistema de Gerenciamento e Projeto Uyikîn Kon Yankon (Valorização da Pecuária Indígena na TISM).

O Projeto de Transição foi importante para garantir o êxito dessa nova realidade. Seu objetivo foi de preparar a APITSM para a gestão autônoma de Programas e Projetos, com vistas à autonomia administrativa financeira e técnica. Os objetivos específicos foram construídos para garantir uma infraestrutura adequada, corpo de colaboradores qualificado e implantação da estratégia de sustentabilidade e saneamento administrativo-financeiro.

O Sistema de Gerenciamento também foi outro importante instrumento para necessário para viabilizar a nova forma de conduzir o PSM. Esse documento fez uma análise da gestão do Convênio encerrado e propôs um sistema de gestão aliado a nova realidade o PSM.

O Projeto Uykîn Kon Yankon (Valorização da Pecuária Indígena na TISM) teve a finalidade de fortalecer, estruturar e desenvolver a pecuária indígena. Prevê ações concebidas e planejadas participativamente, para melhoria de produtividade e qualidade dos produtos da pecuária, otimizando recursos e domínio cultural já existente.

Algumas decisões e ações foram importantes para pautar esse novo momento do PSM, dentre elas podemos citar:

- Reuniões Regionais (Alto, Médio e Baixo São Marcos) foram realizadas para definir e priorizar os Projetos das Comunidades. As próprias Comunidades decidiram a ordem de financiamento dos Projetos Comunitários;
- A Assembléia da APITSM é soberana para aprovar as propostas de Projetos e seus orçamentos;
- O Projeto “Fazendas Depósito” é uma iniciativa geral e de interesse coletivo de todas as comunidades, em melhoria genética, com duração de 3 anos (já existia na 2ª fase do PSM);
- Os Projetos Comunitários devem estabelecer uma quantia de “devolução” dos recursos aplicados para um “Fundo Comunitário”.
- Para garantir a viabilidade, o número de Projetos deve ser de no máximo 15 ao ano;
- A elaboração dos Projetos é realizada nas comunidades, com apoio da Eletronorte e da FUNAI. As comunidades propõem, elaboram, executam e cuidam da gestão e continuidade dos Projetos Comunitários.

Os Projetos das Fazendas depósitos têm o objetivo de promover a segurança alimentar das Comunidades Indígenas das três regiões de São Marcos (Baixo, Médio e Alto), por meio da implantação do Projeto de Bovinocultura, visando melhoria do gado para estimular a autossustentação da população residente nestas regiões. Além disso, esses Projetos pretendem estimular a formação técnica e o trabalho dos jovens indígenas. Os Projetos têm a duração de três anos e o cronograma de atividades coerente com as etapas de trabalho a serem desenvolvidas, conforme Tabela abaixo (ver Tabela 1).

TABELA 1 – Fazendas Depósito

Tempo de duração	Fazenda Xanadú	Fazenda Maruai	Fazenda Teiú	Total por ano
1º Ano	R\$215 mil	R\$215 mil	R\$220 mil	R\$650 mil
2º Ano	R\$100 mil	R\$100 mil	R\$100 mil	R\$300 mil
3º Ano	R\$100 mil	R\$100 mil	R\$100 mil	R\$300 mil
Total	R\$415 mil	R\$415 mil	R\$420 mil	R\$1,25 milhão

No primeiro ano da terceira fase (junho de 2010 a junho de 2011) foram elaboradas e executadas nove Projetos Comunitários, todos com orçamentos de até R\$ 40.000,00, sendo que 5% deste valor é destinado à APITSM para promover a monitoria.

Os Projetos, por região e Comunidade, foram:

Alto São Marcos:

- Comunidade Sol Nascente - Projeto de Bovinocultura. Objetivo: aquisição de gado.
- Comunidade Sorocaima I - Projeto Pakaá. Objetivo: aquisição de gado de corte.
- Comunidade Samãll - Projeto Pé no Chão, Objetivo: produção de hortaliça e pomar.

Médio São Marcos:

- Comunidade Maruai - Projeto Paakayamĩ. Objetivo: aquisição e criação de gado para corte.
- Comunidade Pato - Projeto de Gado de Corte. Objetivo: aquisição e criação de gado.
- Comunidade Roça - Projeto Roça Ecológica e Criação de Peixes. Objetivo: conforme o nome.

Baixo São Marcos:

- Comunidade Campo Alegre - Projeto Pakaá (gado). Objetivo: aumentar o rebanho bovino.
- Comunidade Ilha - Projeto Macaxeira Orgânica Irrigada. Objetivo: irrigar e plantar 10ha de macaxeira consorciada.
- Comunidade Milho - Projeto Kupay Kakiuni,u. Objetivo: monocultivo de tambaqui em tanque rede.

No segundo ano (junho de 2011 a junho de 2012) foram elaboradas e executadas doze Projetos Comunitários. O recurso destinado a cada Projeto Comunitário soma o valor de R\$ 44.362,50, com 5% deste valor destinado à APITSM para promover a monitoria.

Os Projetos apoiados foram:

Alto São Marcos:

- Comunidade do Arai - Projeto Anna 'Mai Um. Objetivo: aquisição e criação de gado para corte.
- Comunidade Boca da Mata - Projeto Paa Ka Pu'pay. Objetivo: aquisição de gado de corte e de leite.
- Comunidade Ingarumã - Projeto Tukui (corte e costura) e Projeto Kuwara (gado de corte e de leite).
- Comunidade Santa Rosa - Projeto Orocaima. Objetivo: aumentar o rebanho bovino.

Médio São Marcos:

- Comunidade do Caranguejo - Projeto de bovinocultura. Objetivo: Bovinocultura.
- Comunidade da Lagoa - Projeto Paata y 'peru. Objetivo: Bovinocultura.
- Comunidade Xiriri - projeto Anna Eki Nan Wiumi Ki Paapa. Objetivo: Bovinocultura
- Comunidade do Tigre foi o Projeto Paak Innu 'kan (Olho de Boi). Objetivo: Bovinocultura.

Baixo São Marcos:

- Comunidade Vista Alegre O projeto I 'WI. Objetivo: agricultura consorciada.
- Comunidade Darora projeto A' NAI. Objetivo: Agricultura Consorciada Mecanizada.
- Comunidade Mauixi projeto Senkamnanto Amennan Paakayami. Objetivo: aquisição de gado de corte e de leite.
- Comunidade Vista Nova – projeto Kaiwan Paaka. Objetivo: aquisição de gado de corte e de leite.

Neste mês de abril estão sendo realizadas Oficinas nas Comunidades indígenas para elaboração dos Projetos referente ao terceiro ano, da terceira fase do PSM.

No mês de janeiro foram avaliados os doze Projetos apoiados no início da terceira fase - três das Fazendas Depósito de gado e nove Projetos Comunitários. Dentro do que foi possível avaliar, a maioria dos Projetos ora desenvolvidos na Terra Indígena São Marcos, apesar das dificuldades, vêm alcançando resultados satisfatórios, na medida em que as comunidades contribuem com seus próprios esforços. Existe uma programação de viagem para o 2º semestre de 2013 com o objetivo de avaliar os Projetos desenvolvidos no segundo ano da terceira fase.

Além dos esforços das Comunidades, a maior parte das pessoas indicadas para desenvolverem as ações dos Projetos, vem cumprindo prontamente seus compromissos numa atitude de responsabilidade participativa, na qual a principal razão é a busca de resultados.

É importante organizar um sistema de registro das informações dos Projetos, recomendação reiterada durante o processo de elaboração dos Projetos. Os registros mais completos encontrados durante o processo de avaliação foram nos Projetos de Piscicultura. O caderno de registro da Maloca do Milho pode servir de exemplo e modelo para outros Projetos da mesma natureza.

A presença do monitor de projetos e a assistência técnica não foram tão efetivas nas bases dos projetos, uma vez que as Comunidades foram unânimes em afirmar que a ausência desses profissionais vêm causando certos descontentamentos com a direção da APITSM, que não tem viabilizado esses serviços.

Ocorreram imprevistos financeiros que atrapalharam o andamento de alguns Projetos neste primeiro ano. Foram dificuldades oriundas da complexidade de executar muitos Projetos ao mesmo tempo, especialmente a elaboração e execução dos orçamentos. Soma-se a isso, a inexperiência dos indígenas no trato com a burocracia e dificuldades na gestão do novo Programa e elaboração de Prestações de Contas. Mesmo com algumas lacunas e a falta de experiência, os indígenas de São Marcos estão conseguindo executar os Projetos.

Para sanar os problemas com a falta de monitores, de assistência técnica e de capacitação/formação da equipe que faz a gestão do PSM, foi incluído, já no segundo ano de execução, um Projeto de Monitoramento, alterando de forma consensual o Programa de Trabalho. Tendo como perspectiva a valorização das formas de organização e produção socioambiental e economicamente sustentável, o Projeto de Monitoramento visa apoiar sistematicamente a formação de pessoas e com isso, fomentar processos de aprendizagem de lideranças indígenas e administradores da APITSM. Por mais que o Programa tenha recursos para Projetos, ele só vai chegar aos seus melhores resultados pelo engajamento de pessoas qualificadas que possam disseminar novas atitudes em relação ao seu território e aos seus recursos naturais.

Faz-se necessário estimular condutas participativas entre as Comunidades das três regiões que compõem a Terra Indígena São Marcos, uma vez que ocorre isolamento interregional, o que impede muitas vezes a troca de experiências entre comunidades e/ou mesmo o fluxo de contribuições participativas.

5.0 – CONCLUSÃO

A Eletronorte firmou com a APITSM três instrumentos jurídicos diferentes, que marcam as três fases do PSM, completando neste ano 13 anos de relacionamento entre as partes. O acordo firmado pela utilização da terra para a passagem da Linha de Transmissão garantiu, no primeiro momento, a terra de fato, pois apesar de homologada a Terra Indígena encontrava-se ocupada por mais de 100 fazendeiros secularmente ali instalados. Assim, esse conflito territorial foi solucionado.

Durante esse período, e também nos momentos de negociações entre Eletronorte e indígenas de São Marcos, a Empresa primou por formas de tratamento menos conflituosas, ou seja, por meio da mediação, do diálogo e da cooperação. A Eletronorte empenhou-se para minimizar as assimetrias nas cotas de poder entre os atores sociais envolvidos. Essa forma de tratamento dos conflitos propiciou espaços de participação social e cidadania, além de assegurar uma relação de confiança e respeito entre as partes. Condição fundamental para manter boas relações entre Comunidade Indígena e Eletronorte.

Atualmente tem-se ampliando o debate acerca da autogestão indígena dos Programas voltadas para suas Comunidades. Antropólogos, indigenistas e especialistas em Políticas Públicas entendem como primordial a participação dos próprios índios na formulação de Programas, gestão dos recursos financeiros e o controle social como forma eficiente de garantir o protagonismo indígena na definição das várias ações. Desde 2004 a responsabilidade pela gestão do PSM é da própria organização indígena. Esse fato coincide com os anseios dos povos indígenas e das teorias e legislações mais modernas sobre o tema (especialmente a Convenção 169 da OIT), que têm como premissa a autodeterminação e autogestão indígena. Ao mesmo tempo representa um grande desafio, já que a administração dos índios necessita seguir as condições legais impostas pelo Governo Federal, sem engessar seu objetivo de promover e incentivar Projetos coletivos e locais da Comunidade.

Esse é um trabalho que também está em consonância com a Política Ambiental da Eletrobras e com as recomendações de vários tratados internacionais de Direitos Humanos, em especial, o Pacto Global (pactuado tanto pela Eletrobras, quanto pela Eletronorte) que procura alertar o setor empresarial para a dimensão dos direitos humanos, trabalhistas e ambientais, fundada no reconhecimento de que, um bom desempenho neste campo, pode ser recompensado comercialmente.

Assim, o Programa São Marcos tem contribuído para o reconhecimento da autonomia indígena e para a garantia de seus direitos fundamentais. Economicamente, o sucesso do PSM tem o potencial de favorecer a sustentabilidade empresarial da Eletronorte, contribuindo para a adequação de suas práticas às exigências do ISE – BOVESPA e Dow Jones Sustainability Indexes – DJSI, conforme expresso no seu Plano Estratégico e nos demais indicadores de sustentabilidade.

6.0 – CONCLUSÃO

ANDRELLO, Geraldo L. *Relatório sobre a Terra Indígena São Marcos: histórico e situação geral*. São Paulo, Eletronorte, 1998.

SANTOS, Raimundo N. Roraima: *A construção da identidade política indígena e não-indígena no final do século XX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

VIEIRA, Jaci G. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. UFPE, 2003.

6.0 – BIBLIOGRAFIA

Newton Zerbini – Engenheiro Florestal pela UnB, Mestre em Sensoriamento Remoto pelo INPE, Doutor pela UnB e Université Henri Poincaré - Nancy I e Técnico da Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte.

Andrea Mesquita de Menezes – Antropóloga pela UnB, Professora de Sociologia e Analista de Meio Ambiente da Eletronorte.

Ana Lange – Antropóloga e consultora indigenista da Eletronorte.

Flávia Nóbrega de Souza – Administradora de Empresa, Bacharel em Direito e Assistente Administrativa da Eletronorte.

Jorge Faciola de Souza Neto – Advogado da Superintendência de Meio Ambiente da Eletronorte.

Marcos Wilson Matos Marques – Engenheiro Civil, Matemático e Analista de Meio Ambiente da Eletronorte.

Marília Noleto Bezerra de Paula – Administradora de Empresa e Analista Administrativa da Eletronorte.